despesas com a execução do programa da comemoração do IV Centenário da morte de Gil Vicente, devendo a mesma importância constituir a 2.ª verba «Récitas e publicações comemorativas do IV Centenário da morte de Gil Vicente», do n.º 1) do artigo 552.º, capítulo 3.º, do orçamento respeitante ao corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios.

Art. 2.º É anulada a importância de 120.000\$ na alínea c) do n.º 1) do artigo 819.º, capítulo 6.º, do referido orçamento.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Maio de 1937.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — António Faria Carneiro Pacheco.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Inspeção Geral das Indústrias
e Comércio Agrícolas

Decreto n.º 27:742

O decreto n.º 12:214, de 21 de Agosto de 1926, regulou o fabrico e tratamento dos vinhos de pasto, generosos e licorosos, assim como o das aguardentes e alcoóis, e respectiva fiscalização.

Nos termos do artigo 4.º e seus parágrafos do referido decreto, o trânsito do alcool só pode efectuar-se desde que seja acompanhado da respectiva guia passada pela Comissão Central de Viticultura, e actualmente pela Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas.

As novas guias só podem ser passadas mediante a apresentação das anteriores. Daqui resulta que em caso de extravio, e no rigor da lei, nenhuma outra guia pode ser passada.

No entanto, não parece aceitável uma tal solução, embora deva acautelar-se a hipótese de o requerente pretender aproveitar-se das guias por mais de uma vez ou para quantidade maior do que a requerida.

Nestes termos,

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º A não apresentação da guia a que se refere o § 7.º do artigo 4.º do decreto n.º 12:214, de 21 de Agosto de 1926, será punida com a multa de \$25 por cada litro de alcool constante do talão dessa guia.

Art. 2.º O processo será instaurado e julgado nos termos dos artigos 158.º, 159.º e 160.º do decreto-lei n.º 27:207, de 16 de Novembro de 1936.

Art. 3.º A renovação do pedido só será concedida depois de proferida a decisão do inspector geral e do pagamento da respectiva multa.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Maio de 1937.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Nos termos do artigo 7.º do decreto lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que, por despacho de S. Ex.ª o Ministro da Agricultura de 14 do corrente, de harmonia com as disposições do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, foi autorizada no orçamento do Ministério da Agricultura em vigor no corrente ano económico de 1937 a seguinte transferência de verba:

CAPÍTULO 4.º

Direcção Geral dos Serviços Pecuários

Serviços Centrais

Artigo 31.º — Remunerações acidentais:

Do n.º 1) Remunerações aos tirocinantes . . . . . 2.400\$00

Para o n.º 2) Remunerações ao pessoal menor pelo serviço prestado fora das horas do expediente ordinário . . . . . 2.400\$00

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 24 de Maio de 1937.— Pelo Chefe da Repartição, *Luiz de Albuquerque Bettencourt*.